



CONCURSO PÚBLICO PGM JARAGUÁ DO SUL - EDITAL 003/2024/PGM

Caderno de Prova para o cargo de: **Procurador Municipal – Nível Superior**

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

- **AGUARDE A AUTORIZAÇÃO DOS FISCAIS PARA INICIAR A PROVA E/OU FOLHEAR ESTE CADERNO DE PROVA.**
- Confira se este caderno de prova corresponde ao cargo para o qual se inscreveu;
- Confira os dados constantes no seu cartão resposta e **assine-o no local indicado**;
- A prova é composta por **50 questões objetivas e 01 questão dissertativa**;
- Preencha completamente o quadrículo correspondente à alternativa correta de cada questão no cartão resposta utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- Durante a prova, não é permitida consulta de qualquer espécie, nem a utilização ou porte de calculadora, relógio, pager, telefone celular ou qualquer outro equipamento eletroeletrônico, sob pena de eliminação do candidato do certame;
- Os itens proibidos devem ser depositados na frente da sala, acondicionados em bolsa, mochila ou envelope fornecido pelos fiscais;
- **Após a autorização do início da prova**, verifique se a sequência de questões está correta, ou se há imperfeições gráficas no caderno de provas;
- A interpretação das questões é parte do processo avaliativo, não sendo permitido qualquer questionamento aos fiscais a respeito do seu conteúdo;
- Durante a prova, caso necessite utilizar os sanitários, ingerir algum alimento ou medicamento, solicite o acompanhamento de um fiscal até o local determinado pela coordenação;
- Você somente poderá se retirar do local da prova, após decorrido o tempo mínimo de 1 hora de prova;
- Ao concluir a prova, **permaneça em seu lugar** e comunique o fiscal de sala;
- Aguarde autorização do fiscal de sala para entregar o Caderno de Prova e o Cartão Resposta devidamente assinado;
- Os **3 últimos candidatos** de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local simultaneamente, após o fechamento da ata de ocorrências da sala;
- O **tempo máximo** de resolução das questões, **incluindo** o tempo de transcrição para o **Cartão Resposta e Folha Definitiva de Resposta da Prova Discursiva** é de **4 horas**;
- Não é permitido que o candidato leve consigo o caderno de provas e/ou qualquer anotação sobre o seu conteúdo, podendo reter para si apenas as suas respostas às questões da prova transcritas no canhoto do rodapé desta página.
- Um exemplar do seu caderno de prova, assim como o gabarito preliminar serão disponibilizados na Área do Candidato, até às 23h59min de hoje;
- **COMUNIQUE IMEDIATAMENTE AOS FISCAIS OU À COORDENAÇÃO LOCAL QUALQUER IRREGULARIDADE.**

Este canhoto é destinado exclusivamente, para as respostas de suas questões (A, B, C, D ou E), nos campos correspondentes. É proibida a utilização deste para outros fins, tais como: cálculos, anotações de conteúdo das questões etc.

Destaque-o, apenas na presença do fiscal de sala, no momento da entrega de sua prova.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

Não faça anotações no verso deste, ou fora do espaço reservado para suas respostas!

Não faça qualquer anotação nesta área! Não faça qualquer anotação nesta área!

Não faça qualquer anotação nesta área! Não faça qualquer anotação nesta área!

Não faça qualquer anotação nesta área! Não faça qualquer anotação nesta área!

Não faça qualquer anotação nesta área! Não faça qualquer anotação nesta área!

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 01 - Leia o texto e assinale a alternativa correta.

Sombras na Alma: Desvendando os Mistérios da Depressão

Em meio à vibrante sinfonia da vida, onde a alegria rege os compassos e a esperança colore o horizonte, existe uma melodia dissonante: a da depressão. Uma sombra que paira sobre a alma, silenciando as risadas, apagando as cores e transformando o dia a dia em uma jornada árdua e nebulosa.

A depressão não se manifesta como uma dor física, palpável e evidente. É um tormento sutil, que se insinua nas brechas da mente e do coração, corroendo a alegria e a vontade de viver. É como se um véu negro cobrisse os olhos, distorcendo a realidade e tornando-a cinza e sem sentido.

Os sintomas são como sinfonia triste, cada nota um acorde de sofrimento. A tristeza profunda, sem motivo aparente, se torna a companheira inseparável. A falta de ânimo, a desmotivação e a apatia dominam o corpo e a mente, transformando as tarefas mais simples em desafios hercúleos.

O sono se torna um refúgio ilusório ou um pesadelo interminável. A fome some ou se transforma em um apetite voraz e incontrolável. Os pensamentos se tornam negativos e intrusivos, sussurrando palavras de desvalorização e desamparo. A autoestima despenca, e a sensação de inutilidade e culpa se instala, pesando como um fardo sobre os ombros.

A depressão não discrimina. Ela atinge pessoas de todas as idades, classes sociais, raças e gêneros. Pode surgir após um evento traumático, como a perda de um ente querido ou o fim de um relacionamento, ou se manifestar sem causa aparente, como uma tempestade que se forma de repente no céu azul.

Mas nem tudo está perdido. A depressão, por mais cruel que seja, é tratável. Com o apoio adequado, é possível sair da escuridão e reencontrar a luz. A ajuda de um profissional especializado é fundamental para o diagnóstico e desenvolvimento de um plano de tratamento individualizado, que pode incluir terapia, medicação ou uma combinação de ambos.

O apoio da família e amigos também é crucial. Saber que não se está sozinho nessa luta árdua pode fazer toda a diferença. Conversar com pessoas queridas, compartilhar seus sentimentos e buscar ajuda quando necessário são passos importantes para a recuperação.

A jornada para superar a depressão pode ser longa e desafiadora, mas a recompensa é imensa: a redescoberta da alegria, da esperança e da vontade de viver. É como se o sol finalmente rompesse as nuvens, iluminando o caminho e revelando a beleza

da vida.

Lembre-se: você não está sozinho. A depressão é uma doença real, mas com o tratamento adequado e o apoio das pessoas que você ama, é possível vencê-la e reconquistar sua felicidade. Abrace a luz, acredite em si mesmo e siga em frente, um passo de cada vez. A vida te espera do outro lado da escuridão, pronta para ser vivida com toda a sua intensidade e beleza.

- (A) Trata-se de uma reportagem que explica o que é a depressão e como tratá-la.
- (B) Trata-se de uma notícia e a finalidade é trazer informação sobre a depressão ao leitor.
- (C) Trata-se de um artigo científico sobre a depressão (o que é, como tratar, por que a pessoa é diagnosticada e como identificar).
- (D) Trata-se de uma crônica e provoca uma reflexão sobre o tema abordado.
- (E) Trata-se de uma biografia sobre o que é depressão.

Questão 02 - “Em meio à vibrante sinfonia da vida, onde a alegria rege os compassos e a esperança colore o horizonte...”

Nesse trecho extraído do texto, ‘onde’ foi usado inadequadamente, dentro do aspecto formal da gramática, o correto seria:

- (A) porque.
- (B) na qual.
- (C) já que.
- (D) cuja.
- (E) enquanto.

Questão 03 - Em um artigo científico, a pesquisadora afirma: “A taxa de mortalidade por doenças cardíacas no Brasil aumentou em 10% nos últimos cinco anos.” Essa frase, que transmite informações precisas sobre um fato, utiliza qual função da linguagem com ênfase na objetividade?

- (A) função emotiva.
- (B) função conativa.
- (C) função referencial.
- (D) função fática.
- (E) função metalinguística.

Questão 04 - Indique a alternativa que apresenta corretamente o adjunto adnominal: “Meu filho é um homem responsável e não se envolve em brigas.”

- (A) “filho”.
- (B) “é”.
- (C) “meu”.
- (D) “homem”.
- (E) “envolve”.

Questão 05 - Classifique as orações em ORAÇÃO SUBORDINADA SUBSTANTIVA:

- I. Eu quero que saiba que você não está sozinho.
- II. A vida necessita de que tenhas esperança.

- (A) Subjetiva; predicativa.
- (B) Completiva nominal; apositiva.
- (C) Objetiva direta; predicativa.
- (D) Objetiva direta; objetiva indireta.
- (E) Objetiva indireta; completiva nominal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 06 - A origem do Direito Constitucional brasileiro ocorre com a Carta Imperial de 1824. Diante desse fato histórico, analise as alternativas e assinale a correta:

- (A) A Carta foi outorgada por D. João VI, que nela criou o Poder Moderador.
- (B) A Carta, promulgada pelo Imperador D. Pedro I, anos mais tarde recebeu o acréscimo do Poder Moderador.
- (C) D. João VI, antes de se retirar do Brasil, obrigou o filho, D. Pedro I, a separar os três poderes na Carta Magna que este instituiu em 1824, além de criar o Poder Moderador.
- (D) Embora D. Pedro I tenha idealizado a separação dos três poderes, foi o Conselho Deliberativo Imperial que o induziu a criar o Poder Moderador.
- (E) A Carta foi outorgada pelo Imperador D. Pedro I, que instituiu a separação dos três poderes e criou um quarto poder, o Poder Moderador.

Questão 07 - Analise as alternativas seguintes e assinale a correta:

- (A) A Constituição de 1891 institucionalizou a república no Brasil, assegurou maior autonomia para os estados, estabeleceu o Estado laico e o Congresso elegeu o marechal Hermes da Fonseca como o primeiro presidente do Brasil.
- (B) Em 1934, foi outorgada a terceira Constituição brasileira, com um teor mais social e forte influência do Estado liberal.
- (C) O Congresso Constituinte, em 1891, promulgou a primeira Constituição da República dos Estados Unidos Do Brasil, cuja elaboração foi inspirada na Constituição norte-americana.
- (D) A Carta Magna promulgada em 1937, conhecida na época por Carta Polaca, deu início a um período ditatorial.
- (E) A sexta Constituição brasileira, outorgada em 1967, passa a se chamar "Constituição da República Federativa do Brasil".

Questão 08 - Assinale (V) para as assertivas verdadeiras e (F) para as falsas. A seguir, marque a alternativa correta, considerando o preenchimento de cima para baixo:

- () Constituição outorgada é a resultante da atividade da Assembleia Nacional Constituinte, eleita de modo direto pelo povo.
 - () Quanto à forma, as Constituições podem ser escritas ou consuetudinárias.
 - () Quanto ao modo de elaboração, a Constituição dogmática, sempre escrita, consolida os dogmas fundamentais do Estado, princípios predeterminados, como a Constituição Brasileira de 1988.
 - () Segundo o critério ontológico, a Constituição semântica é aquela em que as relações políticas e os titulares do poder estão submetidos aos princípios determinados e ao processo determinados pela Constituição, em concordância com a realidade social.
 - () A Constituição Federal de 1988, quanto à alterabilidade ou mutabilidade ou estabilidade ou consistência pode ser classificada como super-rígida, segundo parte da doutrina brasileira, devido a certo núcleo imutável.
- (A) F; V; V; F; V.
(B) V; F; V; V; V.
(C) V; V; F; V; F.
(D) F; F; V; V; F.
(E) V; V; F; F; V.

Questão 09 - A maior importância à ordem social, segundo a nossa Carta Magna, é dada ao trabalho, cujo objetivo está centrado no bem-estar e na justiça sociais. Diante do exposto, assinale a alternativa correta quanto aos objetivos que compete ao Poder Público:

- (A) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (B) Irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio e diversidade da base de financiamento.
- (C) Identificação das rubricas contábeis específicas para cada área referentes às receitas e às despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.
- (D) Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.
- (E) Ações e serviços públicos, com atendimento integral, cuja prioridade seja para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

Questão 10 - Analise as assertivas e, a seguir, assinale a alternativa correta:

- I. A competência privativa, prevista no artigo 22 da Constituição Federal, é designada especificamente para a União.
- II. Lei complementar poderá autorizar os Municípios a legislar sobre questões específicas relacionadas a determinadas competências da União.
- III. É competência exclusiva da União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados e Municípios onde se situam os potenciais hidroenergéticos.
- IV. A competência comum refere-se ao âmbito administrativo, é prevista no artigo 23 da nossa Constituição e é atribuída a todos os entes federativos.
- V. A competência concorrente, segundo estabelece o artigo 24, é atribuída à União, aos Estados-membros, ao Distrito Federal e aos Municípios.

- (A) Todas as assertivas.
(B) Apenas I; IV e V.
(C) Apenas I; III e V.
(D) Apenas III; IV e V.
(E) Apenas II; IV e V.

Questão 11 - Sobre o controle de convencionalidade, é correto afirmar:

- (A) O controle de convencionalidade consiste na análise da compatibilidade dos atos comissivos ou omissivos de caráter interno e externo.
- (B) Costumes internacionais e atos unilaterais não são consideradas normas internacionais.
- (C) No Brasil, o controle de convencionalidade nacional consiste na análise da compatibilidade entre as leis e os tratados internacionais de direitos humanos, realizada pelos juízes e tribunais brasileiros, no julgamento de casos concretos, para os quais não se deve deixar de aplicar os atos normativos que violem o referido tratado.
- (D) “Barrios Altos v. Peru, de 2001” é, até hoje, o caso mais contundente por se discutir a incompatibilidade das leis de anistia aos crimes praticados durante governos ditatoriais com as normas contidas na Convenção.
- (E) A doutrina do controle de convencionalidade se desenvolveu no alicerce do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, com vistas à efetivação dos direitos previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos.

Questão 12 - Sobre o controle de constitucionalidade, analise as assertivas e, a seguir, assinale a alternativa correta:

- I. O Brasil adota o controle difuso (permite que qualquer tribunal declare a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo) de constitucionalidade junto ao controle concentrado (há um tribunal específico responsável por analisar a constitucionalidade das leis de forma abstrata e geral).
- II. O STF possui competência para julgar ações diretas de inconstitucionalidade, ações declaratórias de constitucionalidade, arguições de descumprimento de preceito fundamental, entre outros instrumentos (LENZA, 2021).
- III. O controle de constitucionalidade se baseia na premissa de que a Constituição é a norma fundamental de um país, e todas as leis e atos normativos devem estar em conformidade com suas disposições.
- IV. São formas de controle de constitucionalidade: ação direta de constitucionalidade e inconstitucionalidade - ADC e ADI, a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO) e ação direta de inconstitucionalidade interventiva (ADI-I).

- (A) Apenas II e III.
(B) Apenas I e II.
(C) I; II; III e IV.
(D) Apenas II e IV.
(E) Apenas III e IV.

Questão 13 - Em relação aos contratos administrativos (Lei 14.133/2021), analisar a sentença: A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos (1ª parte). Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia (2ª parte). É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (3ª parte). A sentença está:

- (A) correta somente em suas 1ª e 3ª partes.
(B) correta somente em sua 1ª parte.
(C) correta somente em suas 2ª e 3ª partes.
(D) totalmente correta.
(E) correta somente em suas 1ª e 2ª partes.

Questão 14 - A desapropriação é procedimento por meio do qual o ente público determina a retirada de bem privado do seu proprietário, para que faça parte do patrimônio público. Sobre a desapropriação, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) É vedada a desapropriação por utilidade pública de terrenos produtivos, sendo também vedada a medida incidente sobre a pequena e média propriedade rural, desde que o proprietário não possua outra.
- (B) A desapropriação poderá recair sobre todos os bens de valor econômico sejam eles móveis ou imóveis, corpóreos ou incorpóreos, públicos ou privados.
- (C) Considera-se utilidade pública, para fins de desapropriação, a situação em que o ente público terá necessidade de utilizar o bem diretamente, seja para uma obra pública ou para a prestação de um determinado serviço.
- (D) Em caso de divergência entre a área registrada e a área real do imóvel, a indenização será calculada somente sobre o espaço constante no registro.
- (E) A competência declaratória, ou seja, a atribuição para declarar a utilidade ou necessidade pública e o interesse social dos bens privados para fins de desapropriação será, concorrente, de todos os entes federativos.

Questão 15 - As intervenções restritivas na propriedade privada limitam o exercício do direito de propriedade sem que, contudo, seja transferido o bem ao patrimônio público. Marque a alternativa que apresenta um caso de intervenção na forma de servidão administrativa:

- (A) Norma municipal definindo que os imóveis à beira mar não podem ter construções acima de quatro andares.
- (B) Quando o estado precisa passar tubos em um terreno para garantir a prestação do serviço de fornecimento de água.
- (C) Utilização de bens privados vizinhos a obras públicas como meio de apoio, para alocação do maquinário e assentamento dos funcionários da obra.
- (D) Utilização de um galpão de um particular com intenção de assentar famílias desabrigadas atingidas por enchentes.
- (E) Criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental ou proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Questão 16 - Ato administrativo é todo ato praticado pela Administração Pública ou por quem lhe faça as vezes, no exercício de função administrativa, sob o regime de Direito Público. Sobre os atos administrativos analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa:

- () Praticado o ato por autoridade no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial.
- () Em termos de competência administrativa, não há a possibilidade de prorrogação, devendo o agente público manter sua incompetência originária, ainda que pratique o ato sem oposição de algum interessado.
- () Será permitida em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência de outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados.
- () A atuação estatal desvirtuando a finalidade definida em lei para a prática de determinado ato configura abuso de poder, da espécie desvio de poder (ou desvio de finalidade) e enseja a nulidade da conduta praticada.

Assinale a alternativa correta, considerando o preenchimento de cima para baixo:

- (A) F – F – V – V.
- (B) F – V – F – V.
- (C) V – V – F – V.
- (D) V – F – V – F.
- (E) F – V – F – F.

Questão 17 - Acerca do princípio da legalidade aplicável ao Sistema Tributário Nacional, pode-se afirmar, sem nenhuma exceção ou ressalva prevista no Código Tributário Nacional, que somente a lei pode estabelecer:

- I. A majoração de tributos, ou sua redução, sem ressalvas.
- II. A instituição de tributos, ou a sua extinção, sem ressalvas.
- III. A cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas, sem ressalvas.
- IV. A definição do fato gerador da obrigação tributária principal, sem ressalvas.
- V. A fixação de alíquota do tributo e da sua base de cálculo, sem ressalvas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) Somente I e III.
- (B) Somente II.
- (C) Somente I e IV.
- (D) Somente II e V.
- (E) Somente II e III.

Questão 18 - De acordo com a Lei 8.429/92 com relação à prática de atos de improbidade administrativa, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza, concorra ou se beneficie de forma dolosa com a prática do ato de improbidade.
- () Qualquer cidadão poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- () Para efeitos de contagem do prazo da sanção de suspensão dos direitos políticos, computar-se-á retroativamente o intervalo de tempo entre a decisão colegiada e o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- () A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita.

Assinale a opção que indica a sequência correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) F – F – V – V.
- (B) V – V – F – V.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – F – V – F.
- (E) F – V – F – F.

Questão 19 - São diversas situações que podem levar à extinção do processo judicial. Considerando esse contexto, qual das seguintes alternativas descreve corretamente uma causa de extinção do processo prevista no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015)?

- (A) Quando ocorre a morte de uma das partes, sem que haja sucessores habilitados nos autos.
- (B) Quando é admitido incidente de resolução de demandas repetitivas.
- (C) Quando a sentença de mérito transitada em julgado é anulada por vício no processo.
- (D) Quando houver sentença sem resolução de mérito devido à falta de interesse processual do autor.
- (E) Quando uma das partes descumpre reiteradamente as determinações judiciais.

Questão 20 - De acordo com o estabelecido pela Lei 14.133/2021, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato.
- (B) Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 2 (dois) anos.
- (C) Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
- (D) Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.
- (E) O julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico considerará exclusivamente as propostas técnicas ou artísticas apresentadas pelos licitantes, e o edital deverá definir o prêmio ou a remuneração que será atribuída aos vencedores.

Questão 21 - De acordo com o princípio da independência entre responsabilidade civil e criminal e as normas previstas no Código Civil Brasileiro, qual das seguintes afirmações está correta?

- (A) A responsabilidade civil depende da conclusão do processo criminal, portanto, só pode ser questionada após a decisão final do juízo criminal.
- (B) As responsabilidades civil e criminal são indissociáveis, sendo impossível separar os aspectos penais e civis de um mesmo fato.
- (C) A responsabilidade civil é automaticamente excluída caso não haja condenação no processo criminal correspondente.
- (D) A responsabilidade civil é autônoma em relação à responsabilidade criminal, podendo ser discutida mesmo após a conclusão do processo penal.
- (E) A responsabilidade civil é sempre subordinada à responsabilidade criminal, visto que esta última deve ser resolvida antes da civil.

Questão 22 - De acordo com o que prevê a Lei nº 11.107/2005, no caso de a gestão associada originar a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, o contrato de programa, sob pena de nulidade, deverá conter, dentre outras, cláusulas que estabeleçam:

- I. os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu.
 - II. as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos.
 - III. o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos a sua continuidade.
 - IV. a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido.
- (A) Todas as assertivas estão corretas.
(B) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
(C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
(D) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
(E) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

Questão 23 - O Código Tributário Nacional dispõe acerca da interpretação e integração da legislação tributária que:

- I. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará os princípios gerais do direito público.
- II. Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para a definição dos respectivos efeitos tributários.
- III. A lei tributária pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.
- IV. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário.
- V. A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado apenas em caso de dúvida quanto à natureza da penalidade aplicável ou à sua graduação.

Está correto o que se afirma em:

- (A) Somente I e III.
(B) Somente I e IV.
(C) Somente II e IV.
(D) Somente III e V.
(E) Somente II e V.

Questão 24 - O Município X editou uma lei instituindo um novo imposto sobre a propriedade de veículos automotores. Nesse contexto, qual dos seguintes princípios constitucionais tributários está sendo violado?

- (A) Princípio da Progressividade Tributária.
(B) Princípio da Anterioridade Tributária.
(C) Princípio da Irretroatividade Tributária.
(D) Princípio do Não Confisco.
(E) Princípio da Competência Tributária.

Questão 25 - João deseja transferir a posse de sua bicicleta para Pedro, temporariamente, sem cobrar nada em troca. Considerando os tipos de contratos previstos no Código Civil Brasileiro, qual seria o contrato mais adequado para essa situação?

- (A) Doação.
(B) Locação.
(C) Comodato.
(D) Mútuo.
(E) Mandato.

Questão 26 - Acerca da cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e das normas previstas na Lei 6.830/80, assinale a alternativa correta:

- (A) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez.
(B) O executado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa.
(C) A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
(D) O executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que for juntado aos autos o instrumento citatório.
(E) No caso de recebimento de embargos, o Juiz mandará intimar a Fazenda Pública para impugná-los no prazo de 15 (quinze), designando, em seguida, audiência de instrução e julgamento sempre que os embargos versarem sobre matéria de direito incontroverso.

Questão 27 - “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade.” Esse regramento está estabelecido no § 2º, do art. 1º da Lei Complementar 219/2018.

Assinale a alternativa correta quanto ao documento do Município de Jaraguá do Sul que dispõe sobre esse regramento:

- (A) Plano Plurianual.
- (B) Diretrizes Orçamentárias.
- (C) Plano de Organização Estratégica para Valorização do Meio Ambiente Natural e Cultural.
- (D) Plano Diretor de Organização Físico Territorial.
- (E) Plano Diretor de Organização Estratégia para Melhoria da Mobilidade e Acessibilidade.

Questão 28 - No contexto da Administração Tributária, um contribuinte, após receber uma notificação fiscal para apresentação de documentos contábeis referentes a determinado período de apuração, solicitou ao órgão fiscalizador uma justificativa detalhada sobre os critérios que embasaram a requisição, argumentando que a fiscalização deveria observar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Considerando a situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- (A) O princípio da razoabilidade não é aplicável às atividades de fiscalização tributária, pois estas devem se pautar unicamente pela estrita legalidade.
- (B) A aplicação do princípio da proporcionalidade na fiscalização tributária exige que a autoridade fiscal justifique de forma fundamentada a necessidade de cada diligência realizada, garantindo que não haja excessos ou abusos por parte do fisco.
- (C) A Administração Tributária não está sujeita aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em suas atividades de fiscalização, uma vez que possui prerrogativas específicas conferidas pela legislação tributária.
- (D) As Certidões Negativas de Débitos (CND) e as Certidões Positivas com Efeitos de Negativa (CPEND) são emitidas pela Administração Tributária como forma de atestar a regularidade fiscal do contribuinte, independentemente da observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
- (E) A inscrição do débito tributário em Dívida Ativa ocorre automaticamente após o término do prazo para pagamento do tributo, não sendo necessário observar critérios de razoabilidade ou proporcionalidade nesse processo.

Questão 29 - Em um processo administrativo fiscal, um contribuinte recebeu um auto de infração com base em uma interpretação legal que contrariava os precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema. Diante disso, decidiu interpor recurso administrativo, argumentando a vinculação dos órgãos de julgamento administrativo aos precedentes judiciais. Considerando a situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- (A) A vinculação formal e material dos órgãos de julgamento administrativo aos precedentes judiciais é obrigatória, devendo ser observados os entendimentos consolidados pelos tribunais superiores.
- (B) A vinculação formal e material dos órgãos de julgamento administrativo aos precedentes judiciais é facultativa, cabendo ao órgão administrativo decidir se seguirá ou não tais precedentes.
- (C) Os órgãos de julgamento administrativo estão vinculados apenas aos precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), não havendo obrigatoriedade de observar os precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF).
- (D) Os órgãos de julgamento administrativo estão vinculados apenas aos precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF), não havendo obrigatoriedade de observar os precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- (E) Os órgãos de julgamento administrativo não estão vinculados a nenhum precedente judicial, sendo sua atuação autônoma e independente em relação às decisões dos tribunais superiores.

Questão 30 - Em um processo judicial, o autor apresentou provas documentais que demonstram de forma evidente que ele é titular de determinado direito. Diante dessa situação, o juiz pode conceder a tutela da evidência. Sobre essa figura processual, assinale a alternativa correta:

- (A) A tutela da evidência é aplicável apenas quando há risco de dano irreparável à parte.
- (B) A tutela da evidência independe da demonstração de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
- (C) A tutela da evidência só pode ser concedida após a instrução probatória completa.
- (D) A tutela da evidência é exclusiva para casos de urgência.
- (E) A tutela da evidência é concedida somente quando há acordo expresso entre as partes.

Questão 31 - Durante um processo de execução fiscal movido pelo Município, o contribuinte executado interpôs embargos à execução, alegando a existência de prescrição do crédito tributário. O magistrado responsável pelo caso, ao analisar os embargos, decidiu pela rejeição, argumentando que a prescrição não poderia ser alegada na fase de embargos. Considerando a situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- (A) A decisão do magistrado está correta, pois a prescrição do crédito tributário deve ser alegada na fase de defesa preliminar, e não nos embargos à execução.
- (B) A decisão do magistrado está correta, pois a legislação não prevê a possibilidade de alegação de prescrição na fase de embargos à execução, limitando-se essa matéria à fase de defesa prévia.
- (C) A decisão do magistrado está incorreta, pois a prescrição do crédito tributário pode ser arguida tanto na fase de defesa preliminar quanto nos embargos à execução, não sendo possível arguir em outro momento processual.
- (D) A decisão do magistrado está incorreta, pois a prescrição do crédito tributário pode ser arguida em qualquer fase do processo de execução fiscal, incluindo nos embargos à execução.
- (E) A decisão do magistrado está incorreta, pois a prescrição do crédito tributário só pode ser alegada na fase de defesa preliminar.

Questão 32 - Sobre a competência privativa da Câmara de Jaraguá do Sul, prevista no Art. 8º e incisos, é errôneo afirmar que pode dispor sobre todas as matérias de competência do Município e especialmente sobre:

- (A) Legislar sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias e a remissão de dívidas.
- (B) Autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito, por necessidade de serviço, a se ausentar do Município quando a ausência exceder 15 (quinze) dias.
- (C) Criar comissões especiais de inquérito sobre fato determinado e por prazo certo, que se inclua na competência da Câmara Municipal sempre que o requerer pelo menos um terço dos membros da Câmara.
- (D) Autorizar referendo e convocar plebiscito.
- (E) Solicitar, quando legalmente justificada, a intervenção do Estado no Município.

Questão 33 - A obrigação tributária é o vínculo jurídico estabelecido entre o sujeito ativo (credor tributário, geralmente o Estado) e o sujeito passivo (contribuinte ou responsável tributário) em relação ao cumprimento de uma prestação pecuniária, que consiste no pagamento de um tributo. Ela é regida pelo Direito Tributário e surge com a ocorrência do fato gerador, que é o evento descrito em lei como capaz de gerar a obrigação de pagar o tributo. Acerca do fato gerador, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as afirmativas falsas.

- () Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- () Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- () Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos quando se tratar de situação de fato, desde o momento em que se verificarem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
- () A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.
- () Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos quando se tratar de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.

A sequência correta que preenche as lacunas de cima para baixo, é:

- (A) V, V, F, V, V.
- (B) F, F, F, V, V.
- (C) F, F, V, V, V.
- (D) V, F, F, V, F.
- (E) V, V, V, V, V.

Questão 34 - Em um processo judicial, após a apresentação da contestação pelo réu, o juiz identificou que parte das questões suscitadas já possui elementos suficientes para um julgamento antecipado parcial do mérito. Diante disso, decide proferir decisão nesse sentido, abordando apenas os pontos sobre os quais há convicção formada. Sobre essa situação e considerando as normas previstas no Código de Processo Civil Brasileiro, julgue as afirmações abaixo:

- I. O julgamento antecipado parcial do mérito somente é permitido quando uma questão puder ser julgada de forma independente por tratar-se de pedido incontroverso ou estiver em condições de imediato julgamento e a decisão poderá reconhecer a existência de obrigação líquida ou ilíquida.
- II. O julgamento antecipado parcial do mérito está vinculado à concordância expressa das partes, uma vez que, em caso de decisão que reconheça obrigação ilíquida, a parte poderá liquidar ou executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, independentemente de caução, ainda que haja recurso contra essa interposto.
- III. O julgamento antecipado parcial do mérito não pode ser realizado quando a produção de prova ainda seja necessária para um dos pedidos, mesmo que os outros estejam prontos para serem julgados imediatamente.
- IV. O julgamento antecipado parcial do mérito somente pode ocorrer após a instrução probatória completa, quando ocorrer a produção de todas as provas relacionadas ao pedido a ser julgado, sendo sempre necessária a produção de provas para que o juiz possa proferir a decisão.
- V. O julgamento antecipado parcial do mérito sempre é realizado por meio de decisão impugnável por agravo de instrumento que é passível de execução definitiva quando transitar em julgado.

Está correto o que se afirma em:

- (A) Somente II e III.
- (B) Somente I e V.
- (C) Somente I e IV.
- (D) Somente II e IV.
- (E) Somente II e V.

Questão 35 - Em um processo judicial, após a sentença que reconheceu a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, o juiz autorizou o cumprimento provisório da decisão. Tendo em vista as normas previstas no Código de Processo Civil Brasileiro a respeito do tema, assinale a alternativa correta:

- (A) O cumprimento provisório da sentença corre por iniciativa e responsabilidade do exequente, que se obriga, se a sentença for mantida, a reparar os danos que o executado haja sofrido.
- (B) O cumprimento provisório da sentença mantém seu efeito, sobrevivendo decisão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, mantendo-se as partes no estado atual e liquidando-se eventuais prejuízos em novos autos.
- (C) O cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo.
- (D) O cumprimento provisório da sentença fica sem efeito se a sentença objeto de cumprimento provisório for modificada ou anulada apenas em parte, sendo necessário reiniciar o cumprimento da sentença sobre a parte que for mantida.
- (E) O cumprimento provisório da sentença depende de caução suficiente e idônea, arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos, sempre que o executado não tiver bens livres e desembaraçados para a garantia do valor total executado.

Questão 36 - Durante uma negociação imobiliária, João celebrou um contrato de compra e venda de um terreno com Maria. Poucos dias após a assinatura do contrato, João descobriu que Maria estava incapacitada para realizar atos jurídicos em razão de uma interdição judicial que determinou sua incapacidade civil absoluta. Diante dessa situação, considerando as normas previstas no Código Civil Brasileiro, está correto o que se afirma em:

- (A) O contrato de compra e venda celebrado entre João e Maria é nulo de pleno direito.
- (B) O contrato de compra e venda celebrado entre João e Maria é anulável, pois a incapacidade de Maria configura vício de consentimento.
- (C) O contrato de compra e venda celebrado entre João e Maria é válido, pois a incapacidade de Maria não afeta a existência do negócio jurídico.
- (D) O contrato de compra e venda celebrado entre João e Maria é anulável, pois a incapacidade de Maria configura um vício de forma.
- (E) O contrato de compra e venda celebrado entre João e Maria é válido, pois a incapacidade de Maria não afeta a eficácia do negócio jurídico.

Questão 37 - Em um processo judicial, uma empresa obteve uma decisão judicial favorável que reconheceu a exigibilidade de uma obrigação de pagamento de quantia certa pela Fazenda Pública. Diante disso, a empresa pretende iniciar a execução contra a Fazenda Pública.

Nesse sentido e nos termos do Código de Processo Civil Brasileiro, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as afirmativas falsas.

- () Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.
- () O exequente deve apresentar um demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, contendo, entre outras informações, o índice de correção monetária adotado, juros aplicados e as respectivas taxas e o termo inicial e final dos juros e da correção monetária utilizados.
- () A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo legal, impugnar a execução, por meio de ação específica que será distribuída por dependência à ação de execução.
- () Não impugnada a execução ou rejeitadas as arguições da executada expedir-se-á, por intermédio do presidente do tribunal competente, precatório em favor do exequente, não sendo o caso de pagamento de obrigação de pequeno valor.
- () Na execução contra a Fazenda Pública não incide capitalização de juros, aplicando-se apenas o índice de correção monetária.

A sequência correta que preenche as lacunas de cima para baixo, é:

- (A) V, V, F, V, V.
- (B) F, F, F, V, V.
- (C) F, F, V, V, V.
- (D) V, F, F, V, F.
- (E) F, V, F, V, F.

Questão 38 - Durante uma operação de transporte de mercadorias realizada por uma empresa contratada pelo Poder Executivo Municipal, um caminhão da empresa colidiu com um veículo de propriedade de um cidadão, causando danos materiais significativos. Diante dessa situação, o cidadão pretende ingressar com uma ação de reparação de danos contra o Poder Executivo Municipal. Diante dessa situação e considerando as normas estabelecidas no Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- (A) O cidadão não poderá pleitear a reparação de danos contra o Poder Executivo Municipal, pois não há relação contratual entre as partes, portanto, não se aplica a responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro.
- (B) O cidadão poderá pleitear a reparação de danos contra o Poder Executivo Municipal apenas se comprovar a existência de culpa ou dolo por parte dos agentes públicos responsáveis pela operação de transporte.
- (C) O cidadão poderá pleitear a reparação de danos contra o Poder Executivo Municipal com base na teoria da responsabilidade civil objetiva, desde que comprove a negligência, imprudência ou imperícia dos agentes públicos responsáveis pela operação de transporte.
- (D) O cidadão poderá pleitear a reparação de danos contra o Poder Executivo Municipal com base na teoria da responsabilidade civil objetiva.
- (E) O cidadão não poderá pleitear a reparação de danos contra o Poder Executivo Municipal, pois os danos causados por empresas contratadas pelo Município não são de sua responsabilidade.

Questão 39 - Em um processo judicial, Maria ingressou com uma ação de cobrança em face de João, alegando que este último não cumpriu com as obrigações contratuais assumidas. Durante o curso do processo, Antônio, que é fiador do contrato objeto da demanda, manifesta interesse em intervir no processo para garantir o êxito da ação em favor de João. Nesse contexto, qual a modalidade de intervenção de terceiro que se aplica à situação?

- (A) Chamamento ao processo.
- (B) Assistência Simples.
- (C) Assistência Litisconsorcial.
- (D) Denúnciação da Lide.
- (E) *Amicus Curiae*.

Questão 40 - Um empresário adquire um terreno em determinada cidade para construir um empreendimento comercial. Após a conclusão da obra, a prefeitura decide desapropriar o terreno para realizar uma obra de utilidade pública e interesse social. Diante dessa situação, considerando as normas do Código Civil Brasileiro acerca da desapropriação, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as afirmativas falsas.

- () O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente.
- () No caso de desapropriação de bens clausulados, ou de sua alienação, por conveniência econômica do donatário ou do herdeiro, mediante autorização judicial, o produto da venda converter-se-á em outros bens, sobre os quais não incidirão as restrições apostas aos primeiros.
- () Os imóveis do ausente só se poderão desapropriar quando o ordene o juiz, para lhes evitar a ruína.
- () No caso de extinção do direito de superfície em consequência de desapropriação, a indenização cabe ao proprietário e ao superficiário, no valor correspondente ao direito real de cada um.
- () O credor anticrético não terá preferência sobre a indenização do seguro, quando o prédio seja destruído, nem, se forem desapropriados os bens, com relação à desapropriação.

A sequência correta que preenche as lacunas, de cima para baixo, é:

- (A) V, V, F, V, V.
- (B) F, F, F, V, V.
- (C) F, F, V, V, V.
- (D) V, F, F, V, F.
- (E) V, F, F, V, V.

Questão 41 - Como Procurador do Município, você é responsável por analisar questões relacionadas à propriedade. Diante disso, considere o seguinte caso: o Município decidiu desapropriar um terreno particular para construção de uma nova escola municipal. Nesse contexto e de acordo com o Código Civil Brasileiro, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as afirmativas falsas.

- () A desapropriação do terreno pelo Município é uma forma de aquisição originária da propriedade, pois a propriedade é transferida diretamente do antigo proprietário para o ente público.
- () A desapropriação do terreno pelo Município é uma forma de aquisição derivada da propriedade, pois se dá mediante ato de vontade do poder público que destina a propriedade em razão de interesse público ou social.
- () A desapropriação do terreno pelo Município configura uma forma de perda da propriedade pelo particular, que é indenizado pelo poder público, passando o bem para a categoria de bem vago passível de arrecadação.
- () A desapropriação do terreno pelo Município implica perda da propriedade pelo particular, que mantém apenas o direito de superfície sobre o imóvel.
- () A desapropriação do terreno pelo Município é uma forma de aquisição compulsória da propriedade, na qual o particular é obrigado a ceder o imóvel mediante justa indenização.

A sequência correta que preenche as lacunas, de cima para baixo, é:

- (A) V, V, F, V, V.
- (B) F, F, F, V, V.
- (C) F, F, V, V, V.
- (D) V, F, F, F, V.
- (E) V, F, F, V, F.

Questão 42 - Um empresário adquire um terreno para a construção de uma fábrica. No entanto, ele precisa garantir o acesso regular de seus funcionários a uma estrada que corta a propriedade vizinha para que possam chegar ao local de trabalho. Diante dessa situação e considerando o estabelecido no Código Civil Brasileiro a respeito dos direitos reais sobre coisas alheias, assinale a alternativa correta:

- (A) O empresário pode adquirir o direito de passagem sobre o terreno vizinho por meio de um contrato de superfície firmado com o proprietário.
- (B) O empresário pode constituir uma servidão de passagem sobre o terreno vizinho por meio de contrato firmado com o proprietário.
- (C) O empresário pode adquirir o direito de passagem da estrada que atravessa o terreno vizinho, por meio do usufruto que vai abranger o terreno, os frutos, acessórios e seus acréscidos.
- (D) O empresário pode obter o direito de passagem sobre o terreno vizinho por meio de uma ação de usucapião, que garantirá o direito de uso do imóvel.
- (E) O empresário pode utilizar a estrada do terreno vizinho temporariamente, sem a necessidade de formalidades, em razão do seu direito de ocupação previsto em lei.

Questão 43 - Assinale a alternativa correta.

Segundo o art. 182, da Constituição Federal de 1988, a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo:

- (A) Ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de cinquenta mil habitantes.
- (B) Ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e fazer com que se cumpra sua função social da propriedade urbana, quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade.
- (C) Ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
- (D) Ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização por outro imóvel.
- (E) Ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, sem garantir o parcelamento ou edificação compulsórios, contudo, garantir que o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo.

Questão 44 - A Lei Complementar nº 219/2018, no art. 13, estipula que “a estratégia para valorização do meio ambiente natural e cultural tem como objetivo geral associar a tutela e a conservação do patrimônio ambiental e cultural do Município de Jaraguá do Sul à criação de oportunidades de trabalho e renda para seus habitantes, por meio do desenvolvimento sustentável das atividades econômicas”. Para tanto, contempla no parágrafo único alguns objetivos específicos sobre essa estratégia:

- I. O uso sustentável das potencialidades da área rural, equacionando a limitada aptidão do solo para culturas e uso agrícola com a inovação tecnológica e a modernização dos processos produtivos, garantindo a eficiência e a produtividade.
- II. A proteção das áreas representativas dos ecossistemas municipais com atributos ambientais excepcionais, particularmente a rede hídrica e as encostas com sua cobertura vegetal, bem como as áreas ambientalmente frágeis e alagáveis.
- III. A valorização do patrimônio cultural e natural, em especial dos bens arquitetônicos, ecológicos, históricos, paisagísticos e urbanísticos.
- IV. Prioridade na proteção de áreas com maior fragilidade ambiental e das matas nativas.

Estão corretas:

- (A) As assertivas I; II e III.
- (B) As assertivas II; III e IV.
- (C) As assertivas I e IV.
- (D) As assertivas II e III.
- (E) As assertivas III e IV.

Questão 45 - A Lei 10.257/2001 regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana. Analise as assertivas quanto a essa lei:

- I. Foi denominada Estatuto da Cidade.
- II. Tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.
- III. Serão utilizados, entre outros instrumentos: planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; planejamento municipal.

Está(ão) correta(s)

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I.
- (C) I; II e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas II.

Questão 46 - A Lei nº 11.428, DE 22/12/2006 dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Para os efeitos dessa lei, o art. 3º define algumas expressões que você deverá analisar e julgá-las como verdadeiras ou falsas:

- () Pequeno produtor rural: aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares, explorando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terra considerando-se a fração individual não superior a 50 (cinquenta) hectares, cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais ou do extrativismo rural em 80% (oitenta por cento) no mínimo.
- () Pousio: prática que prevê a interrupção de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais do solo por até 10 (dez) anos para possibilitar a recuperação de sua fertilidade;
- () Prática preservacionista: atividade técnica e cientificamente fundamentada que vise à recuperação da diversidade biológica em áreas de vegetação nativa, por meio da reintrodução de espécies nativas;
- () Exploração sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.
- () Enriquecimento ecológico: atividade técnica e cientificamente fundamentada, imprescindível à proteção da integridade da vegetação nativa, tal como controle de fogo, erosão, espécies exóticas e invasoras.

Assinale a alternativa correta, considerando o preenchimento de cima para baixo:

- (A) V; F; V; V; V.
- (B) V; F; F; V; V.
- (C) V; V; V; V; F.
- (D) V; F; V; V; F.
- (E) V; V; F; V; F.

Questão 47 - Considerando o Art. 4º e incisos da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul, que versa sobre a Competência Privada, anteponha V ou F aos itens que seguem:

- () Compete ao município legislar sobre assuntos de interesse local e estadual com o objetivo de garantir o bem-estar de sua população e o pleno desenvolvimento de suas funções sociais.
- () Compete ao município instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- () Compete-lhe desapropriar bens por necessidade, utilidade pública ou por interesse social.
- () Compete-lhe dispor sobre a limpeza dos logradouros públicos, o transporte e o destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de sua competência, adotando preferencialmente a forma seletiva de coleta e incentivando ações de valorização, visando ao reuso, reciclagem, compostagem e aproveitamento energético.
- () Compete-lhe dispor sobre a publicidade interna e externa, autorizá-la, sem que haja necessidade de fiscalizar a exibição de cartazes e anúncios, ou quaisquer outros meios de publicidade ou propaganda em logradouros públicos ou visíveis destes, ou em locais de acesso ao público.
- () Compete-lhe prestar serviços de atendimento à saúde da população, de forma autônoma, sem a cooperação técnica e financeira da União e do Estado.

Assinale a alternativa correta, considerando o preenchimento de cima para baixo:

- (A) F – V – V – V – V – V.
- (B) V – F – V – V – V – F.
- (C) V – V – F – V – F – V.
- (D) V – V – V – F – V – V.
- (E) F – V – V – V – F – F.

Questão 48 - Analise as assertivas a seguir:

- I. Os projetos previstos no Art. 32, bem como as respectivas exposições de motivos, serão divulgados com a maior amplitude possível antes de serem submetidos à discussão da Câmara Municipal, admitindo-se tramitação em regime de urgência, com aprovação prévia de maioria simples dos membros presentes.
- II. Os projetos previstos no Art. 32, bem como as respectivas exposições de motivos, serão divulgados com a maior amplitude possível antes de serem submetidos à discussão da Câmara Municipal, sem que se admita tramitação em regime de urgência, com aprovação prévia de maioria simples dos membros presentes.
- III. Dentro de 05 (cinco) dias, contados da leitura dos projetos referidos no caput do Art. 32A, qualquer entidade da Sociedade Civil organizada, poderá apresentar sugestões ao Poder Legislativo.
- IV. Dentro de 10 (dez) dias, contados da leitura dos projetos referidos no caput do Art. 32A, qualquer entidade da Sociedade Civil organizada, poderá apresentar sugestões ao Poder Legislativo.
- V. Dentro de 15 (quinze) dias, contados da leitura dos projetos referidos no caput do Art. 32A, qualquer entidade da Sociedade Civil organizada, poderá apresentar sugestões ao Poder Legislativo.

Estão corretas apenas:

- (A) I e III.
- (B) I e V.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) II e V.

Questão 49 - Sobre os Arts. 84 e 85, que versam sobre a Procuradoria-geral do Município, é correto afirmar:

- (A) É a instituição que representa o Município, judicial e extrajudicialmente, assim como lhe cabe, nos termos de lei especial, que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento do Poder Legislativo, e, privativamente, a execução da dívida ativa de natureza tributária.
- (B) É a instituição que diretamente representa o Município, judicial e extrajudicialmente, assim como lhe cabe, nos termos de lei especial, que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento do Poder Executivo, e, privativamente, a execução da dívida ativa de natureza tributária e não-tributária.
- (C) A Procuradoria-Geral reger-se-á por lei própria, e tem por chefe o Prefeito do Município.
- (D) O Procurador-Geral tem prerrogativas e representação de Secretários, dentre advogados, de reconhecido saber jurídico, reputação ilibada, com no mínimo 05 (cinco) anos no exercício da advocacia ou em cargo de carreira jurídica de Estado, com experiência em áreas diversas da Administração Pública Municipal.
- (E) O ingresso na classe inicial da carreira de Procurador Municipal e atividade contingente à Justiça, far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

Questão 50 - Assinale a alternativa que completa corretamente as definições a seguir, extraídas da Lei Complementar nº 154/2014:

A _____ se dará em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de provimento efetivo; ou em comissão, para cargos de confiança de livre exoneração.

A Administração Pública poderá definir como critério eliminatório no concurso público exame toxicológico, assim como exame _____ a ser especificado por meio de Edital.

_____ é a investidura no cargo e se dá com aceitação tácita das atribuições, deveres, responsabilidades e direitos inerentes ao cargo público.

_____ é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

_____ é o retorno à atividade de servidor aposentado por incapacidade permanente para o trabalho quando o Regime Próprio de Previdência Social declarar insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

- (A) posse; psicotécnico; nomeação; reversão; exercício.
(B) posse; psicológico; nomeação; exercício; reversão.
(C) recondução; de sanidade; reintegração; exercício; reversão.
(D) nomeação; psicotécnico; posse; exercício; reversão.
(E) nomeação; psicológico; posse; reversão; recondução.

PROVA DISCURSIVA

Orientações para a realização da Prova Discursiva:

- A questão dissertativa deverá ser respondida no formulário Folha Definitiva de Resposta da Prova Discursiva, que lhe foi entregue no início da prova;
- A resposta da questão dissertativa deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, contendo de 20 (vinte) linhas a 30 (trinta) linhas;
- Não serão computadas na contagem das linhas, linhas eventualmente dedicadas ao título, linhas em branco ou inutilizadas pelo candidato;
- Será atribuída nota zero à questão cuja resposta for apresentada com menos de 20 linhas ou mais de 30 linhas;
- A Folha Definitiva de Resposta da Prova Discursiva não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato;
- A Folha Definitiva de Resposta da Prova Discursiva será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. O espaço para rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo e não é válido para a avaliação da prova discursiva.

Questão Dissertativa - No município Alfa os procuradores, Joana e Fábio, alegaram que havia um projeto de lei inconstitucional tramitando na câmara de vereadores, que versava sobre a organização do transporte público municipal através do regime de concessão ou permissão.

Pergunta: Joana e Fábio estão corretos em relação a alegação de inconstitucionalidade da lei sobre transporte público municipal por meio do regime de concessão ou permissão pelo município?

Fundamente sua resposta em relação aos seguintes pontos:

- a) a competência legislativa municipal;
- b) ao princípio constitucional aplicável;
- c) aos regimes de concessão e permissão com base na legislação pertinente.

Se desejar, utilize o espaço para rascunho disponível no verso desta página.

ESPAÇO PARA RASCUNHO

A **Folha Definitiva de Resposta da Prova Discursiva** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. Este espaço para rascunho é de preenchimento facultativo e não é válido para a avaliação da prova discursiva. **Esta folha NÃO poderá ser destacada do caderno de provas.**

Área de Resposta: _____

1

5

10

15

20 (Número mínimo de linhas para a sua resposta)

25

30 (Número máximo de linhas para a sua resposta)

RASCUNHO

Cargo: Procurador Municipal

Nº Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
Alternativa Correta	d	D	c	c	d	e	c	a	a	X	e	c	d	a	b	c	e	X	d	b	d	a	b	e	c

Nº Questão	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
Alternativa Correta	c	d	D	a	b	d	X	e	b	c	a	e	d	c	e	d	b	c	a	c	e	e	X	X	d

Observações:

Alternativas representadas pela letra "X", significam que foram anuladas pela Banca de Provas.

Alternativas representadas em letras maiúsculas, significam que tiveram seus gabaritos alterados pela Banca de Provas em relação ao gabarito preliminar.

Joinville/SC, 04 de junho de 2024.

Comissão Organizadora
Instituto Tupy